

LUGAR DE MULHER É NA LUTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Maria Fernanda Teixeira dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestranda em Ciências Sociais
maria.fernanda.s@globo.com

Resumo

Esse artigo traz algumas considerações teóricas sobre a análise da participação feminina no movimento estudantil. Toma-se como pressupostos analíticos a relação entre mulher e política, militância estudantil, os estudos de gênero e formas de participação políticas que extrapolam a política formal.

Palavras-Chave: mulher; política; participação política; movimento estudantil.

INTRODUÇÃO

Os estudos de gênero introduziram nas ciências sociais novas perspectivas paradigmáticas sobre a realidade social. Os instrumentos teóricos disponibilizados a partir desses novos questionamentos permitiram-nos formular o problema da desigualdade em novos termos, a saber, a desconstrução da noção da desigualdade de gênero como baseada em caracteres inatos, sobre a qual se fundamentam discursos sobre a discrepância de poderes e oportunidades entre homens e mulheres. Partindo de uma análise dos estudos de gênero e das formas de inserção dos jovens no universo político, e levando em consideração a pouca inserção histórica das mulheres nos espaços públicos formais de decisão, essa pesquisa tem por propósito procurar compreender a participação das jovens universitárias nas entidades de movimento estudantil – no caso, a entidade observada foi o DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Universidade Federal de Juiz de Fora. Considerada essa suposição, a presente investigação tem por objetivo compreender de que forma se apresenta a atuação das

jovens no movimento estudantil, procurando perceber, de forma articulada, em seu discurso e em sua ação, as nuances da participação militante feminina.

Nos últimos anos, houve um importante crescimento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho e na educação; tal crescimento, no entanto, não ocorreu no que se refere à participação da mulher na política formal. Se a política constitui campo de acesso restrito às mulheres, a despeito da igualdade formal, seria plausível considerar que os campos de negociação políticos de alguma forma ainda estão relacionados à concepção de um tipo ideal de sujeito político, seja ele, masculino branco e ocidental (Bonetti, 2003).

Marlise Matos, Mariana Brito e Breno Cypriano apontam para a baixa produção de conhecimento sobre a relação entre mulher e política, e atribuem essa inexpressão ao fato de que os movimentos feministas e de mulheres estiveram debruçados sobre questões relativas à saúde, educação, participação no mercado de trabalho e dimensões de violência sofridas pelas mulheres (Mattos et alli, 2007).

Céli Pinto (2007), por sua vez, afirma que se, por um lado, a história, a antropologia, a sociologia e a psicologia viram crescer os estudos sobre a mulher, o mesmo não aconteceu com a ciência política; se a sociologia do trabalho viu uma entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, o que, independente do recorte analítico do pesquisador, deve ser levado em conta como um fenômeno do universo do trabalho, a ciência política por sua vez, não viu o mesmo acontecer em termos de aumento de participação feminina nas esferas políticas (Pinto, 1992)

Atualmente, nas democracias representativas, vigoram leis que visam incentivar a participação de mulheres nos centros decisórios. No Brasil, tais leis têm em sua fundamentação aquilo que Luís Felipe Miguel chama de justiça intuitiva, que se contrapõe à percepção de uma “injustiça evidente”, referente a uma sub-representação de um grupo que possui cerca de 50% da população adulta, com apenas 5% das cadeiras no parlamento brasileiro (Miguel, 2001).

As leis de cotas, segundo o autor, garantem às mulheres um número mínimo de candidaturas ou, ainda, de

assentos nos parlamentos e nas esferas dos poderes executivo e judiciário. No Brasil, propôs-se a adoção de cotas de candidaturas levando à aprovação da lei nº 9100/95. Tal medida específica gerou manifestações contrárias, não havendo, no entanto, nenhuma oposição contra o argumento de se conseguir uma representação política mais paritária. Segundo Miguel (2001), a defesa da exclusão feminina não acontece no discurso político legítimo, mas continua presente nas práticas partidárias.

Celi Regina Jardim Pinto enfatiza questões estratégicas de análise do espaço da mulher no espaço político, onde se destaca:

1. que a presença da mulher no interior dos movimentos sociais, em geral, transforma a mulher de sujeito privado em sujeito público, tornando-se um importante canal para o aparecimento, nas relações de poder, tanto a nível público como a nível privado, de novas posicionalidades da mulher em relação às desigualdades de gênero (Pinto, 1992, p. 147).

Segundo a autora, ainda que o movimento feminista seja um local privilegiado da explicitação das desigualdades de gênero, não é o único.

Seu argumento para tal afirmação consiste no fato de que ‘os movimentos sociais de caráter popular têm sido também locais de emergência de práticas de resistência à desigualdade contida nas relações de gênero’. Para ela, a despeito dos entraves existentes na participação das mulheres na política formal, os movimentos sociais apresentam-se como lugares possíveis de visibilidade para aquelas que neles participam.

Céli Pinto afirma que as transformações provocadas no empoderamento das mulheres que participam de movimentos são produtos de três fatores: 1) a participação das mulheres nos movimentos ocasiona uma ruptura com sua condição de invisibilidade pública; 2) a constituição de grupos de mulheres no interior de movimentos liderados por homens, embora possa apresentar um caráter discriminador, segundo ela, ainda assim configura-se como mais um momento de conquista de visibilidade por essas mulheres; 3) a organização de mulheres a partir de reivindicações provenientes de seu universo de preocupações, cuja identidade, segundo Pinto, se constitui no mundo privado, provoca uma ruptura do “eu” enquanto constituído no

privado, bem como a conseqüente inserção no espaço público. Para pensar essas questões, foi considerada a possibilidade da constituição do sujeito que adere ao movimento em um novo sujeito, pensada essa adesão como ‘um rito de passagem do mundo privado para o mundo público. O rito envolve, no caso, uma rede de rupturas e a constituição de uma identidade pública’ (Pinto, 1992, p. 131).

A visibilidade das mulheres nos movimentos apresentada por Celi Pinto fornece pistas para uma investigação que tenha como objeto não apenas os percalços da participação política das mulheres, mas, sobretudo as possibilidades de articulações de sujeitos políticos em busca de outros espaços. Um dos lugares políticos que se configura como de especial visibilidade de suas militantes foi, no entanto, pouco discutido até hoje. Trata-se do movimento estudantil, que conforme observado em pesquisa de campo, em nível local, apresenta uma aparente equidade em termos de participação e liderança.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO CAMPO DE ANÁLISE

O movimento estudantil é tomado como um campo privilegiado para a investigação sobre a forma em que se dá a participação política de mulheres no espaço universitário, porque para alguns dos atores, representa um primeiro contato e um momento de aprendizagem política, e porque, para o nosso objetivo, tomamos a universidade como um espaço, ao menos por definição, no qual homens e mulheres vivenciam condições de equidade, garantida pelo acesso (formalmente) universal ao ensino superior.

Segundo Arthur Poerner, em “O Poder Jovem”, movimentos estudantis no Brasil existem desde o Império. Os estudantes estiveram presentes nas diversas transformações políticas pela qual passou o país. Essa longevidade mostra a força política que o movimento historicamente possui. Poerner percorre a história do movimento estudantil brasileiro até os anos sessenta, no auge da ditadura. Não se vê, entretanto, referências às mulheres em seu livro, senão de forma muito restrita. O cenário que se observa atualmente apresenta nítidas mudanças, sobretudo ao grande participação das mulheres o movimento e seu acesso a

lideranças. Uma transformação histórica permitiu tal rescimento. Mas além de considerar as mudanças históricas que contribuíram para a participação feminina no movimento estudantil, cabe compreender de que forma a entrada dessas mulheres nesse espaço transformam os sentidos de gênero que o dotam; mas, sobretudo, apreender as concepções e as práticas políticas daquelas que militam nesse campo, a fim de conhecer as negociações de gênero que se instauram ali.

Conforme percebido em campo, o movimento estudantil é fortemente adjetivado por uma lógica partidária; os militantes e simpatizantes se dividem em grupos específicos de acordo com a filiação ideológica, e tal divisão revela uma profunda conexão entre esses atores do movimento estudantil e a política institucional representada pelos partidos políticos. Apoiados em bandeiras partidárias nas quais crêem, os atores observados fundamentam seus discursos e suas práticas. Tal observação leva-nos a questionar de que forma essa relação influência e é influenciada pelas mulheres envolvidas, que tendem a ter menos espaço de atuação nos partidos

políticos do que nos grupos estudantis, sobretudo àqueles pesquisados.

A contribuição antropológica para tal tema consiste em compreender como os atores sociais, nesse caso em especial as mulheres, apreendem e experimentam a política, ‘isto é, como significam os objetos e práticas relacionadas ao mundo da política’ (Kuschinir, Karina; 2007). Isso, segundo Kuschinir, implica, pelo menos, dois pressupostos, a saber: O primeiro, de que a sociedade é heterogênea, formada por redes sociais que sustentam e possibilitam múltiplas percepções da realidade. O segundo, de que o “mundo da política” não é um dado *a priori*, mas precisa ser investigado e definido a partir das formulações e dos comportamentos de atores sociais e contextos particulares. (Kuschinir, 2007; p.163)

AS RELAÇÕES ENTRE MULHERES E POLÍTICA

Algumas estudiosas feministas apontam como causa da exclusão política da mulher uma estrutura patriarcal que perpassa a organização social, firmemente consolidada nos espaços de decisão e de poder. Os cargos políticos são altamente

valorizados, e como tal, são cargos ocupados predominantemente por homens. A relação entre posições de prestígio ou não e gênero não é tão óbvia assim. Em muitos lugares as mulheres até exercem algum tipo de prestígio, porém sempre as posições mais altas e mais importantes são ocupadas por homens (Rosaldo, 2007). Segundo Lúcia Avelar, as análises sobre mulheres na política devem ter em conta as razões segundo as quais as “desigualdades políticas e sociais permanecem, lado a lado com o mito de uma igualdade universal particularmente nos direitos de cidadania”.

MODELOS DE FEMININOS NA POLÍTICA

As argumentações que defendem a necessidade da presença da mulher na política baseiam-se na crença de que a inclusão das mulheres levaria a uma ruptura com a política tradicional desenvolvida pelos homens, e tal ruptura poderia se dar em dois sentidos essencializadores do feminino: um argumento consiste na crença de que a presença das mulheres levaria a uma moralização da política, ou seja, constitui a categoria mulher como

dotada de ética e honestidade; o outro, legitima as mulheres como únicas representantes capazes de incluir, na agenda política, outras pautas, mais relacionadas ao cuidado, até então subsumidas pelas discussões econômicas. (Pinheiro, 2007).

Segundo Luana Pinheiro, a atuação das parlamentares, concentra-se, sobretudo em áreas tidas como femininas, como cuidado, atenção à população excluída; portanto, não há nada que garanta que a maior presença de mulheres no Parlamento tenha por consequência o aumento da defesa dos interesses femininos. As percepções acerca do que é ser homem e do que é ser mulher, construídas socialmente, se estendem ao universo político formal, reproduzindo nesse plano as características remetidas às mulheres, associando o cuidado e a ética ao “ser mulher” (Pinheiro, 2007).

Para a autora, ao incorporar valores de gênero, durante o processo de socialização, homens e mulheres têm seus espaços de atuação delimitados. Dessa forma, essa essencialização do feminino leva ao entendimento, ‘por parte das próprias parlamentares de que sua atuação deve responder aos anseios e necessidades das mulheres na

sociedade (política da Presença)’ (Pinheiro, 2007; p. 32). Luana Pinheiro argumenta que:

(...) as desigualdades de participação transparecem, também, da análise da atuação daquelas mulheres que conseguiram acesso a esse espaço político. Nesse caso, as parlamentares encontram barreiras invisíveis para ocuparem cargos de alto prestígio, concentram-se em determinadas áreas e têm que responder à pressão e à cobrança social que as torna, de certa forma, presas a um tipo muito particular de atuação. (Pinheiro, 2007; p. 33)

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

Ao analisar a participação política das mulheres nas instituições políticas formais, deve-se, no entanto, não se esquecer de atentar para o fato de que essas mulheres são orientadas segundo a ideologia do partido ao qual se alinham, e que se orientam segundo as possibilidades apontadas pelo ideário de igualdade:

(...) ao se justificar toda a prática política feminina como orientada exclusivamente por concepções de gênero,

ignoram-se outros importantes componentes das identidades destas mulheres, como sua filiação ideológica e sua trajetória política, homogeneizando um universo que, na prática, é bastante diversificado. Ademais, ignora-se, também, que a atuação no campo político obedece a certas regras e lógicas próprias ao seu funcionamento. Parte da forma como as mulheres desenvolvem suas atividades está condicionada à estrutura do espaço, às questões pragmáticas do cotidiano político, como a preocupação em angariar votos, e às posições que ocupam no campo, e que irão dificultar ou favorecer sua ascensão interna e o acúmulo de capital político necessário para se “fazer política”. (Pinheiro, 2007; p.22)

Para Pinheiro, inexistente um consenso acerca do conceito de participação política, e qual seja sua amplitude para além da política institucional. Afirma que para alguns estudiosos, a participação política se reduz ao processo político-eleitoral, enquanto outros, inclusive para aqueles que estudam ‘mulher e política, adotam uma definição mais abrangente, não circunscrita apenas ao processo eleitoral (Pinheiro, 2007). Faz-se necessário, então, considerar outras formas de participação que se constituiriam em novos meios de participação política

para as mulheres, ‘favorecendo a sua presença, tanto na política *ad hoc*, como nos canais formais de poder’ (Pinheiro, 2007; p.57- 58). Mas:

(...) é preciso estar atento para que essa definição abrangente não sirva de impedimento ou complicador para os estudos e análises das “práticas políticas de gênero” que têm lugar nas esferas institucionais, como o Parlamento, os cargos eletivos estaduais e municipais, ou aqueles ocupados nos altos escalões dos Poderes Executivo e Judiciário. É justamente nesses espaços de poder que se concentram as atividades de formulação, implementação e fiscalização das políticas e leis. (Pinheiro, 2007; p. 58)

Os movimentos sociais são apontados por Céli Pinto como importantes canais de participação política, sobretudo para aqueles aos quais as barreiras ao acesso à política formal são praticamente intransponíveis. Esses movimentos interfeririam nas relações de poder cotidianas através de um processo de identificação: ao contrário da relação entre grupos excluídos e militantes de partidos políticos, o ‘núcleo inicial de um movimento social é sempre um de nós’, aquele com quem se divide a

condição de excluído, e a percepção de tal condição e o sentido de pertencimento é que organizaria o movimento social. Céli Pinto considera a entrada de um sujeito no movimento como a constituição de um novo sujeito, e nesse sentido afirma que a adesão a um movimento social pode ser considerada como um rito de passagem do privado para o público, onde se constitui uma identidade pública. A adesão aos movimentos sociais ‘coloca o sujeito frente a novas relações de poder e,consequentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança’ (Pinto,1992; p.131).

Essa formação do grupo não se limita ao seu caráter reivindicatório em relação às autoridades – sua face mais pública, nem na reorganização do cotidiano dos sujeitos – sua face mais privada, mas se estende a um nível de organização das relações de poder da comunidade; ele se torna uma referência para a própria comunidade de origem, em um conjunto de demandas e expectativas que vão além do objetivo em torno do qual se forma.

Nesse quadro apresentado por Céli Pinto, a questão a ser por ela discutida é a de

localização/manutenção/rompimento das relações de poder que a inserção no movimento social engendra, que tem como base as relações de gênero. Segundo ela, essas relações devem ser pensadas a partir de duas situações distintas, a saber:

a primeira diz respeito às relações de gênero como constituições do movimento, como é o caso do movimento feminista; a segunda refere-se à presença das práticas advindas dessas relações como constitutivas de possibilidades no interior de movimentos sociais. (Pinto, 1992; p.132)

Nesse sentido, para Céli Pinto o movimento feminista não é reivindicatório *strictu senso*, pois não se organiza a partir de demandas específicas ao Estado; essa relação com o Estado é, na maioria das vezes, muito posterior à sua organização (Pinto, 1992).

Céli Pinto enxerga nos movimentos sociais um canal de explicitação das desigualdades nas relações gênero. Conforme brevemente assinalado na introdução, segundo a autora, a introdução de mulheres no interior dos movimentos sociais pode

promover mudanças, na ruptura com a condição de invisibilidade.

Os novos sujeitos políticos, constituídos a partir da inserção nos movimentos sociais, tem em sua formação uma trajetória do privado para o público, ‘que, ao contrário do eleitor tradicional, busca participação, te demandas específicas que somam às gerais e provocam novas formas de relação de poder com o Estado’ (Pinto, 1992; p.136).

Como um exemplo dessa participação nos movimentos sociais, temos as Promotoras Legais Populares, as PLP’s. O programa de formação de Promotoras Legais Populares – as PLP’s, se constitui como parte de um programa de intervenção social voltado a mulheres das camadas populares de Porto Alegre, da ONG Themis. Conforme descritas por Alinne Bonetti:

As PLPs são ativistas dos Direitos Humanos das Mulheres, ligadas ao projeto de intervenção social da ONG feminista gaúcha Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. O grupo pesquisado se caracteriza por possuir uma vasta trajetória no campo político comunitário e, através da grande circulação pelos espaços políticos da

cidade, chegou ao projeto da ONG. (Bonetti, 2003, p.180)

Alinne Bonetti demonstra as diferentes articulações políticas feitas pelas ‘Promotoras Legais Populares, as PLPs’, de forma a legitimar suas posições nos meios em que atuam. Ao se encontrarem nas discussões do partido, essas mulheres se identificam como feministas, para exigirem iguais condições de representatividade nesses partidos. Entre outras mulheres feministas, deixam de se identificar enquanto tal, uma vez que não conseguem estabelecer uma identidade com essas outras mulheres, com ensino superior e de classes mais altas – entre essas mulheres, se identificam como populares. Segundo Bonetti,

O caráter conflitivo, que marca as disputas políticas no caso analisado, aponta a desconstrução de uma suposta e nostálgica política do feminino, que seria caracterizada pela cooperação e pela solidariedade, elementos constituidores de uma irmandade de gênero. As estratégias utilizadas pelas PLPS, os jogos empreendidos – de identificação e diferenciação entre femininos e masculinos, de proximidade e distanciamento e de apropriação e negociação com os códigos que atribuem sentido aos espaços semânticos do campo político

– denota a tensão entre alteridades que buscam legitimidade e reconhecimento nesse campo. (Bonetti, 2003; p. 203)

Essas breves considerações levam-nos a concluir que os movimentos sociais e outros canais de acesso ao poder funcionam de forma a promover mudanças nas relações sociais e de poder e apresentam os sentidos de gênero que configuram o campo político. Em contrapartida é necessário atentar para o fato de que essa definição de participação não seja um entrave para as análises das “práticas políticas de gênero” nas esferas institucionais, pois nesses espaços se constroem as atividades de formulação, implementação e fiscalização das políticas e leis, tal qual dito anteriormente por Pinheiro (Pinheiro, 2007).

FEMINISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Não se pode contextualizar o movimento feminista na história brasileira, sem que o mesmo seja contextualizado na história mundial, pois segundo Santos (2006) o movimento feminista brasileiro recebeu

forte influência do norte-americano e do movimento dos integrantes da Comissão das Nações Unidas pelo Estatuto da Mulher. A autora afirma que a promoção da Década da Mulher (1976-1985) pelas Nações Unidas foi resposta às exigências femininas das integrantes do referido órgão e que a nomeação de Helvi Sipila como assistente do Secretário Geral foi relevante para que se buscasse a conscientização da sociedade sobre a exclusão da mulher.

Inaugurava-se durante a Década da Mulher uma nova política de desenvolvimento, que propunha o atendimento às necessidades específicas da mulher, até então negligenciadas devido à falta de abordagem que trouxesse uma perspectiva diferenciada entre os sexos. Exigia-se, à comunidade internacional, a proteção dos direitos humanos da mulher através da implementação de mecanismos públicos de monitoramento de sua situação na sociedade (Santos, 2006, p.403).

Santos (2006), fazendo uso das palavras de Moser (1996), acrescenta que o Conselho das Nações Unidas sobre o Status da Mulher propôs a criação dos órgãos nacionais de políticas para a mulher, em 1962 e, que

a metade das instituições direcionadas à situação da mulher foi implementada no transcorrer da Década da Mulher. Afirma, ainda, que até o ano de 1985, a maioria dos países do mundo já possuía tal tipo de aparelho estatal.

No Brasil, o movimento feminista teve início influenciado pelas experiências européias e norte-americanas e marcado pela alteração à política instaurada no país a partir do golpe militar de 1964. Alguns grupos feministas se articulavam a organizações sob influência marxista, que eram clandestinas na época e com o compromisso de oporem-se à ditadura do governo militar, tendo com consequência características próprias ao movimento.

Nesse sentido, Sarti (2004) apresenta o feminismo no Brasil, nos anos 70, como um movimento de mulheres. Tal movimento se configurou inicialmente em oposição política à ditadura militar e, à medida que foi se desenvolvendo nas décadas seguintes, o fez a partir das limitações e possibilidades outorgadas pela abertura política. A autora afirma que:

Uma confluência de fatores contribuiu para a eclosão do feminismo brasileiro na

década de 1970. Em 1975, a ONU declara o Ano Internacional da Mulher, pelo impacto que já se fazia sentir do feminismo europeu e norte-americano, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional. Essas circunstâncias se somavam às mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização por que vinha passando o país [...], pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero. Ao mesmo tempo, esse processo desenrolou-se no amargo contexto das ditaduras latino-americanas, que calavam vozes discordantes. O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota.

O movimento feminista em seus primeiros anos foi marcado pela experiência da repressão militar, o que conferiu seu caráter político radical (Sarti, 2004). De acordo com a pesquisadora, a militância feminista não se restringiu à insurreição contra o regime, acrescentava uma subversão aos valores vigentes ao que era considerado

papel das mulheres na sociedade, bem como às características que lhes eram próprias. A ação das militantes se assentava sobre críticas que abrangiam demais esferas da vida, o próprio cotidiano e a vida privada.

A militância feminista é articulada aos demais movimentos sociais, como os sindicatos, movimentos de bairro, o que confere um caráter peculiar às demandas feministas de então. O envolvimento das mulheres nesses movimentos é resultado da necessidade de as próprias mulheres repensarem as relações de poder e as conseqüentes desigualdades originadas. Não se pode esquecer a atuação do movimento feminista conjuntamente com a Igreja Católica no período da ditadura militar. Ainda que as divergências fossem inúmeras, principalmente quando os assuntos são delicados, como aborto, família, entre outros, foram importantes aliados na luta contra o regime; é importante é notar que a relação com a Igreja não impediu que as discussões sobre questões importantes para pensar o papel feminino não foram deixadas de lado, sendo discutidas de forma, por assim dizer mais privadas, em pequenos

“grupos de reflexão”. (Sarti, 2004, p. 42).

Tendo por objetivo a luta contra o regime antidemocrático, e por reconhecimento da necessidade de repensar os papéis da mulher na sociedade, o movimento feminista cresceu e se legitimou, principalmente através da sua articulação com demais movimentos sociais. Ao se articular a camadas distintas da população, endossou seu projeto e reforçou o coro, bem como as temáticas que discutia. Assim, o projeto de sociedade mais igualitária, entre gênero e classe, que se assentava sobre a necessidade de melhores condições de emprego, moradia, distribuição de renda, logrou alcançar patamar de importância no discurso feminista. Nos anos 80, o movimento feminista brasileiro ganhou ainda mais força e se tornou institucionalizado. Com maior respaldo entre a sociedade civil, e com o surgimento de novas organizações, que tratavam da questão da mulher, a própria participação política feminina cresce, e as mulheres se percebem enquanto sujeitos políticos dotados de poder de transformação. Pode-se dizer que:

Nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As idéias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. (Sarti, 2004, p. 42).

A autora continua sua explanação afirmando que apesar da consciência a respeito da opressão da mulher se alastrar pelo país, a ação dos grupos mais especializados e mais atomizados ganhou força. Surgiram grupos com a estrutura de organização não-governamental (ONGs) que buscavam utilizar os canais institucionais para influenciar as políticas públicas. Ao se institucionalizar, o movimento feminista direcionou seu olhar para questões que atendiam aos objetivos de quem o financiava, como por exemplo,

o que se relacionava à saúde da mulher, que questionava a concepção, os usos sociais do corpo feminino, a tecnologia reprodutiva, os direitos reprodutivos e que teve grande impacto no contexto médico. Houve, também, o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre a mulher e o tema passou a fazer parte do mercado editorial. Conselhos da condição feminina foram criados nas esferas federal, estadual e municipal. Foram criadas delegacias para tratar especificamente do problema da violência contra a mulher que passou a ser considerado um problema de saúde pública requerendo atenção especializada. A culminância desse processo no contexto social, político e cultural aconteceu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, pois nela houve uma relevante mudança da condição da mulher, pois a tutela masculina na sociedade foi extinta.

Na perspectiva de Adrião & Becker (2006), os anos 80 foram uma experiência política muito significativa para o movimento feminista, porque as integrantes do mesmo buscaram alianças com outros movimentos de oposição com os mesmos ideais democráticos, sem, no entanto, se

afastarem de suas metas enquanto sujeito feminino. Citam, também, a Constituição Brasileira como “uma das mais progressivas do mundo com respeito aos direitos da mulher na família e no trabalho” (Moraes *apud* Adrião & Becker, 2006, p. 274).

Sobre os anos 90, as autoras afirmam que se configura o campo das ações políticas e dos estudos teóricos femininos no Brasil e, que o mesmo toma:

uma imbricação de vários espaços sociais, a saber: o campo dos grupos de estudos nas universidades, o campo das ONGs, o campo composto por mulheres que estão na gestão pública e o campo das redes e financiadoras, que também foram apropriadas por feministas que passaram a compor seus quadros de profissionais fixos. Esses movimentos se colocam num momento entre a anterior discussão sobre uma identidade feminista e feminina, calcada a partir da égide “nosso corpo nos pertence” e marcada nas lutas e discussões da condição local de cada mulher, passando para uma transnacionalização em que as discussões globais e, por conseguinte, a formação e consolidação de redes são de extrema importância para as políticas locais (Adrião & Becker, 2006, p. 274-275).

Em nota sobre o estudo realizado, as autoras afirmam que os núcleos de pesquisa das universidades federais tornaram-se contextos de discussão e de produção de conhecimento que enriqueceram a área específica do movimento de mulheres. Dentre os atores que participaram dos movimentos organizados, as mesmas dão destaque às pesquisadoras feministas que buscaram compreender a condição da mulher nas suas relações com o trabalho, com a saúde sexual e reprodutiva, dando realce na sua inserção no contexto público nas pesquisas realizadas. Adrião & Becker (2006, p. 275) complementam que “Ainda na década de 90 têm início, com a passagem para estudos de gênero, pesquisas que buscam relacionar as questões de poder, tomando as mulheres em suas inter-relações com outras mulheres e com os homens, de maneira relacional”.

A história do movimento feminista permite vislumbrar uma forma de articulação de sujeitos políticos para além dos campos da política tradicional; podemos pensar o motivo que leva à exclusão da mulher da política institucional, mas para além

disso, podemos visualizar a mulher em outras instâncias políticas, perceber as formas de atuação e, sobretudo, os valores que estão imersos nesses lugares.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO

Para compreender a participação de mulheres nos movimentos políticos e sociais, devemos compreender a categoria de gênero, concebida como um princípio norteador das diferenças entre homens e mulheres, é uma categoria relacional, que se estende para as mais diversas áreas de uma sociedade (Scott, 1990). Na sociedade ocidental, os discursos produzidos sobre a diferença se baseiam, sobretudo, nas diferenças biológicas dadas. Tal fato leva, como visto, a atribuição de características e papéis específicos para homens e mulheres no seio da vida política, identificando o cuidado e a honestidade, por exemplo, como um atributo natural das mulheres, e justificando, muitas vezes, sua entrada na política institucional a fim de moralizar a política, e não como um questionamento das relações de poder instaladas naquele campo.

Os questionamentos sobre os papéis sexuais na sociedade ocidental são antigos, mas sua sistematização, pelo menos em Antropologia, ganhou força com os estudos comparativos de Margareth Mead; essa, por sua vez, defrontando-se com os problemas de sua própria sociedade, a americana, iniciou suas investigações sobre as diferenças sexuais. Ao longo de sua inserção em campo, percebeu que as características de personalidade atribuíveis aos sexos, variavam substancialmente entre as culturas.

Claudia Fonseca afirma que o interesse na mulher enquanto assunto de análise acadêmica se constituiu na década de 60, em um contexto efervescente dos movimentos sociais; nessa época, inspirados pelo movimento feminista, vemos a institucionalização desse interesse nos *Women's studies*.

Um segundo momento dos estudos feministas foi o deslocamento da ênfase da “mulher vítima para a mulher heroína” (Fonseca, 1995). À época, os então estudos sobre as mulheres introduziam nas academias questões centrais como poder, corpo e formas de reflexão, seja nos estudos de parentesco, das formas de organização

política e suas dicotomias, do corpo, etc.

Ao longo do amadurecimento das produções teóricas sobre gênero, que passa antes pelos estudos da mulher para depois se consolidar enquanto estudos de gênero, e segundo Fonseca:

Se, na sua primeira década, os estudos sobre a mulher alimentaram e foram alimentados do “feminismo da igualdade” (em que o objetivo da mulher era equiparar o *status* da mulher ao do homem), na segunda fase, o campo andou de mãos dadas com o “feminismo da diferença”. O resgate da voz, das atividades, e do cotidiano das mulheres levou a uma valorização da esfera considerada feminina. O mal não era propriamente na diferença (desde que essa era vista como fundada em elementos sócio-históricos e não biológicos) mas sim no processo hierárquico que colocava tudo que era ligado ao homem sistematicamente acima de tudo que era ligado à mulher. O problema era na própria construção e subsequente reificação das categorias de gênero.

A distinção entre sexo e gênero foi um passo em direção à compreensão do social, e tornou possível reafirmar a arbitrariedade de nossas visões sobre o mundo. Mas a discussão em torno do conceito não parou nessa distinção,

aprofundando-se nas próprias concepções de sexo. Não podemos ver o mundo senão através dos nossos próprios vieses culturais, então o cerne da questão consiste no fato de que até o sexo é percebido através de nossas formações e mesmo as diferenças percebidas estariam atreladas a cada singularidade cultural. (Moore, 1997)

Segundo Henrietta Moore, a relação entre biologia e os sentidos de gênero é ainda mal formulada, e isso se dá em dois níveis diferentes: o primeiro é aquele que vê o gênero como construído sobre uma matriz biológica, uma forma socialmente construída para gerir as diferenças inatas; o outro aponta em um sentido oposto, que postula uma separação radical entre sexo e gênero, afirmando que “a biologia nem mesmo é subjacente às construções de gênero e está longe de determiná-las” (Moore, 1997).

Ela argumenta, baseando-se em Yanagisako e Collier, que tanto os estudos de gênero quanto os de parentesco assumem como premissa um modelo ocidental que assume as diferenças entre homens e mulheres como natural, logo pré-social (Moore, 1997).

Errington (Errington, 1990), em quem Moore se baseia, introduz a distinção entre sexo e ‘Sexo’: Sexo – com inicial maiúscula, segundo Moore, consistiria no discurso social do sexo – atributos anátomo-fisiológicos. Para Moore, a sociedade percebe o sexo através do discurso do Sexo, uma vez que os corpos são apreendidos através do que se constrói socialmente.

A concepção de que tanto sexo e gênero são mutuamente construídos, é assinalada por Yanagisako e Collier. Posteriormente elaborada por Errington, que desenvolve uma noção de que os corpos são sistemas de signos, serve, segundo ela, para “ênfatisar que até mesmo os fatos supostamente naturais ou biológicos do sexo são sujeitos a interpretação e reinterpretação no contexto de um discurso específico de Sexo e identidade sexual” (Moore, 1997).

Aponta uma distinção importante entre Yanagisako e Collier e Errington. Enquanto aquelas afirmam que o sexo é construído, esta não nega a existência das diferenças biológicas, mas afirma que o discurso sobre ela é construído, e a forma como percebemos, *idem*. Foi ela quem sugeriu a distinção sexo/Sexo, e a noção de que

Sexo e gênero são mutuamente construídos. Mas para Moore,

Não há, em suma, nenhum meio para abordar o sexo em qualquer cultura, a não ser através do discurso do 'Sexo', e com certeza isso é especialmente verdadeiro em culturas nas quais faltam, agora ou no passado, os meios tecnológicos para revelar a verdadeira natureza de substâncias e processos fisiológicos subjacentes e, portanto, para distinguir entre sexo e 'Sexo'. O que Errington e Yanagisako e Collier não parecem compreender é que a própria noção de sexo, de uma propriedade biológica ou de um conjunto de processos biológicos que existem independentemente de qualquer matriz social, é o produto do discurso biomédico da cultura ocidental. Há um senso fundamental de que, fora dos parâmetros e das esferas de influência desse discurso biomédico, o sexo não existe. Em outras palavras, na maior parte das culturas do mundo, onde o conhecimento nativo ou local reina supremo, não existe sexo, apenas 'Sexo'. (Moore, 1997)

Essas críticas são internas à Antropologia, e visam demonstrar que os pressupostos analíticos da disciplina são baseados numa divisão binária que é própria da cultura ocidental, a qual se considera uma realidade última e

natural, e toda uma parcela importante de estudos antropológicos encontram-se fundamentados por essa dicotomia (Yanagisako & Collier, 1987).

A dificuldade, segundo Moore consistiria no reforço da naturalização das categorias sexuais binárias pelo fato de que fêmeas biológicas e machos biológicos são necessários para a reprodução humana. (Moore, 1997). Então, seria viável ou necessário estabelecer uma distinção absoluta entre sexo e gênero, uma vez que ambos são compreendidos como construções sociais? Para Moore, o esforço de se manter uma distinção entre sexo e gênero mostrou-se relevante para a análise das desigualdades de gênero, e esse é o ponto para onde suas preocupações confluem. O esforço de se manter sexo e gênero separado é senão uma atitude analítica, sobretudo porque retira das ciências sociais o debate sobre as origens biológicas da desigualdade entre os sexos e as reorientam para os determinantes culturais e sociológicos. (Moore, 1997).

Moore enfatiza os erros que ocorrem quando os modelos analíticos ocidentais servem como sustentação para as análises de outras sociedades; critica Ortner e Rosaldo por terem

ambas se servido de uma dicotomia (Ortner em relação à associação simbólica da mulher à natureza enquanto homem é associado à sociedade; Rosaldo, em um primeiro momento explicando a desigualdade pela associação da mulher ao privado e do homem ao público) própria do pensamento ocidental.

Essa crítica é forte porque também aponta para uma questão fundamental e que está encravada na história do movimento feminista: a constituição da noção de mulher como uma categoria universal, cuja identidade baseada na percepção de sua igualdade a relativamente pouco tempo começou a ser criticada. Gênero não constitui uma categoria homogênea; assim, uma vez que cada sociedade apresenta um discurso sobre as identidades de gênero, como há de se construir um discurso que se pretende universal, e que engloba todas as mulheres como iguais?

Rosaldo (a quem parte da crítica de Moore se dirige) nos é apresentada em dois momentos distintos em sua reflexão. Em um primeiro momento, durante os anos 70, quando participou da publicação de *A mulher, a cultura e a sociedade* (1974) atribuía a desigualdade entre os sexos à

associação das mulheres com a esfera doméstica em detrimento do espaço público preenchido pelos homens. A distinção entre doméstico e público, proposta por Rosaldo no artigo *A Mulher, a cultura e a sociedade*, possui conseqüências analíticas não muito viáveis, uma vez que tomam por pressuposto aquilo que deveriam explicar, minimizando as relações de desigualdade e poder.

Posteriormente, percebe que se apoiar em universais muitas vezes consiste em uma simplificação dos fatos, uma sujeição daquilo que se vê às teorias que se procura defender. Portanto, a distinção privado/público perde sua essência como causa da desigualdade, mas é afirmada enquanto um tipo de relação específica das sociedades ocidentais. Ela, no entanto, ainda se vale da idéia de que toda sociedade se fundamenta nos fatos biológicos do sexo para a organização da vida social, sem questionar, aparentemente, que a percepção do que é dado como biológico é singular à cada sociedade.

A problematização dos universais por Rosaldo fornece uma pista para a direção dos questionamentos a serem feitos pelas

teorias de gênero. A antropóloga coloca a dominação masculina como um universal, embora afirme que essa assuma formas peculiares em diferentes lugares; diz ainda, que essa dominação não é necessariamente visível em primeira instância:

Mulheres, em várias sociedades, encontram amantes e exercem seu desejo no que tange ao casamento, porém novamente constatamos, em quase todos os casos, que as iniciações formais e arranjos de relações heterossexuais permanentes são de alguma forma organizadas por homens. Mulheres podem ter poderes rituais de considerável significação social, para si e para os homens, porém as mulheres nunca dominam nos ritos que requerem a participação da comunidade como um todo. E ainda que os homens em todos lugares estejam aptos para ouvir e ser influenciados por suas mulheres, não conheço casos em que homens não convocados como audiência obrigatória para os rituais e performances políticas femininas. Finalmente, mulheres freqüentemente formam organizações de reconhecimento e força política e econômica real;

por vezes reinam como rainhas, obtêm homens como seguidores, batem nos maridos que preferem amantes às esposas, ou talvez desfrutem de um *status* sagrado no seu papel como mães. Mas, novamente, não conheço nenhum sistema político em que exista expectativa de que mulheres, individualmente ou em grupo, tenham mais posições ou influências políticas do que seus parceiros masculinos. (Rosaldo, 1995)

A importância da contribuição de Joan Scott consiste na transformação do conceito de gênero em uma categoria analítica, que trouxe definitivamente a questão relacional do conceito. Muitos pesquisadores, ao restringir o conceito de gênero ao estudo das mulheres, da sexualidade, maternidade, família, não atentam para o fato que todas as instâncias da vida são dotadas por um sentido de gênero, seja qual for esse sentido. Isso decorre da não concepção do gênero como uma categoria relacional, que se constrói nas relações entre as pessoas.

Joan Scott traz à tona a visualização de gênero não como um fato separado de

outros. Governo e política, guerra, assuntos como esses pensados até então como não comprometidos com os estudos de gênero, são na verdade, atravessados por essa categoria. Atravessados porque o gênero legitima e dota de sentidos esses espaços.

Trata-se de exemplos de ligações explícitas entre o gênero e o poder, mas estas constituem apenas uma parte da minha definição do gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder. Frequentemente, a atenção dedicada ao gênero não é explícita mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher. A articulação dos conceitos de classe no século XIX baseava-se no gênero. Enquanto na França, por exemplo, os reformadores burgueses descreviam os operários em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados como as prostitutas), ou dirigentes operários e socialistas respondiam insistindo na posição masculina da classe operária (produtores fortes, protetores das mulheres e das crianças). Os termos desse discurso não

diziam respeito explicitamente ao gênero, mas eram reforçados na medida em que se referenciavam a ele. A codificação de gênero de certos termos estabelecia e 'naturalizava' seus significados. Nesse processo, definições normativas do gênero, historicamente específicas (e tomadas como dadas), reproduziram-se e integraram-se à cultura da classe operária francesa. (Scott, 1990).

As relações entre gênero e poder podem ser aparentemente difusas e a um primeiro instante pouco definidas; mas, como disse Scott, 'a história política foi encerrada no terreno do gênero'. Gênero, portanto, legitima as práticas e os discursos políticos, bem como os ocupantes desse espaço. Trata-se de pensar a exclusão de indivíduos generados a um local de decisão; trata-se também de vislumbrar a relação entre os espaços políticos e os indivíduos. Visualizam-se, assim, duas das muitas facetas das relações de gênero: a sub-representação das mulheres nos espaços políticos e, com a mesma característica política, as ações políticas sobre as mulheres de forma constrangedora, imputando-as papéis

baseado nas noções naturalizadas do que é ser mulher (SCOTT, Joan; 1990).

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Ann Mische se utiliza da noção de identidade como conceito mais dinâmico e interativo para analisar as diferenças históricas entre o movimento de 68 e os “caras pintadas” dos anos 90, para compreender como os jovens foram levados da identidade participativa de “estudante”, em 68, a uma outra identidade participativa, ‘qualificada pela noção mais abrangente de cidadão’ (Mische, 1997; P.141).

Nesse sentido:

Meu argumento básico é que o período anterior, de 1960 a 1968, serviu como um nexos para a concentração de identidade. A identidade forte de “estudante” se tornou um prisma para múltiplas dimensões dos projetos emergentes dos jovens da classe média universitária, dentro de uma dinâmica radicalizante de oposição política. Isso não se deve a uma lógica intrínseca ou “destino histórico” de estudantes como categoria social, mas resultou da estrutura específica de suas redes sociais, concentradas principalmente na família e, mais importante ainda, nas universidades. Em contraste, o período posterior de

reestruturação democrática, nos anos 80 e 90, é caracterizado pela dispersão crescente das redes juvenis. Os anos formativos dos jovens não são limitados à família e às universidades, mas acontecem em contextos sociais, culturais e políticos mais diversos, englobando um campo maior de possíveis (e às vezes contraditórios) projetos pessoais e coletivos. Por isso, a categoria de “estudante” não tem a multivalência necessária para servir como um prisma para a diversidade de projetos-em-formação dos jovens nos anos 90. Daí a necessidade de uma identidade mais abrangente (e ambígua), evidente no universalismo formal de “cidadão.” (Mische, 1997; p. 140)

Segundo Mische, as manifestações ‘fora-Collor’ – tomado como um exemplo de um contexto político específico - embora evocassem à memória os episódios de 68, possuíam características marcadamente diferentes do referido em termos de mobilização estudantil. Afirma que:

Enquanto as mobilizações anteriores foram conduzidas num campo político polarizado entre o Estado militar e a oposição estudantil, os caras pintadas foram atores privilegiados em uma ampla mobilização da sociedade civil e política contra o governo Collor.

Depois da revelação de uma extensa rede de patrocínio coordenada pelo assessor Paulo César Farias, o governo ficou mais e mais isolado, enquanto as bandeiras da moralidade pública e da “ética na política” ganharam força na imprensa, nas organizações civis e nos partidos de oposição. Isso tocou numa grande reserva de frustração pública com o clientelismo e a corrupção crônica do sistema político. Nesse clima, a participação entusiasmada dos jovens nas passeatas pelo *impeachment* — organizados pelas entidades estudantis, apoiados pelos partidos e entidades civis, e divulgados pela grande imprensa — não pode ser chamada de “independente” ou “espontânea”, pois eles receberam amplas formas de apoio oficial e não-oficial (...)

Os discursos tradicionais da esquerda, como vistos — por exemplo — no movimento de 1992, estavam subordinados a uma linguagem mais abrangente de ‘cidadania’, mantendo o foco na defesa das instituições democráticas — ‘as ditas “regras do jogo”’ (MISCHE, 1997; p.136). Para Mische, os jovens não assumiam uma postura política radical ou conservadora, mas participavam como ‘cidadãos em formação’ (MISCHE, 1997). Mas ela aponta para o fato de

que a multivalência do conceito de cidadania o sujeita a interpretações as mais variadas e até mesmo contraditórias: ‘Assim, atores diversos — desde militantes e intelectuais da esquerda até políticos conservadores e comandantes militares — puderam fazer afirmações entusiasmadas sobre a “nova cidadania” dos jovens, porém com implicações divergentes’ (MISCHE, 1997; p 137).

Anne Müxel, ao analisar a juventude francesa de década de 80, afirma que os jovens têm construído um discurso de negação da política, não vendo mais nela a legitimidade para mudar as coisas — negação, aliás, que não se restringe aos jovens. Nesse novo cenário francês, essa negação provocou uma diluição, entre os jovens, da esquerda-direita:

Este sentimento de diluição das referências é compartilhado, quer se esteja reconhecidamente filiado à esquerda ou à direita. Aliás, esta visão embaçada e turva das clivagens ideológicas não aparece mais marcadamente naqueles que não confessam nenhuma filiação particular (os que se colocam na posição central da escala, por exemplo) do que entre os jovens cuja orientação é mais determinada. (Müxel, 1997, p. 157)

As considerações feitas por Müxel apresentam uma especificidade de um grupo específico de jovens franceses; a pesquisa em campo permitiu observar que as clivagens ideológicas marcam fortemente o campo político do movimento estudantil do DCE, e às referências à política institucional representada nos partidos constitui um dos elementos importantes na formação das identidades de cada grupo.

Os estudantes observados são fortemente politizados; parte deles é filiada a partidos políticos, e aqueles que não o são, simpatizam com suas posições ideológicas. A clivagem esquerda-direita, entre eles, é uma maneira de se demarcarem no campo político legítima, visto que reproduz a lógica da política partidária.

Abstract

This article aims to bring some theoretical considerations on the analysis of the feminine participation in the student movement. The relationship between woman and politics, as well as the student militancy, gender studies and political forms that extrapolate

formal politics are taken as analytical presupposed.

Key-Words: woman; politics; political participation; student movement.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, K. G.; BECKER, S. Algumas Reflexões sobre Produção de Categoria de Gênero em Contextos como o Movimento Feminista e o Poder Judiciário. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2):273-292, 2006 273. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v16n2/v16n2a08.pdf>

AVELAR, L. *Mulher e política: o mito da igualdade*. Social Democracia Brasileira, 2002. Disponível em: http://www.itv.org.br/site/publicacoes/igualdade/mito_igualdade.pdf

BONETTI, A. L. *Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político*. Cadernos Pagu, Campinas, 2003. p.177-203.

CARDOSO, R. “Aventuras de Antropólogos em Campo ou Como Escapar das Armadilhas do Método”, in: CARDOSO, R. (org). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 95-105.

CLIFFORD J. “Sobre a autoridade etnográfica”, in: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 71-107.

DAMATTA, R. “O Ofício de Etnólogo, ou como Ter ‘Anthropological Blues’”,

in E. O Nunes (org) *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 23-35

DURHAM, E. R. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”, in CARDOSO, R. (org) *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 17-34

_____. “Cultura e Ideologia”. *Dados*, 27 (1): 71-89.

FONSECA, C. *Uma genealogia do “gênero”*. Seminário “Pesquisando gêneros: histórias e tendências”, Grupo Família e Gênero, UFPE, Recife, 1995.

HAMMERSLEY, M. & ATKISON, P. “What is ethnography?”, in *Ethnography: principles in practice*. London/New York: Tavistock, p. 1-26.

MATOS, M.; CYPRIANO, B.; BRITO, M. *Cotas de Gênero para o reconhecimento das Mulheres na Política: Um estudo comparado ações afirmativas no Brasil, Argentina e Peru*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1º de junho de 2007, UFPE, Recife.

MEAD, M. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

MIGUEL, L. F. *Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”*. Estudos Feministas, Florianópolis, 2003. p. 253-267

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, 1997, nº 5. p.134-150.

MOORE, H. *Compreendendo Sexo e Gênero*. 1997. Tradução de Júlio Assis Simões.

MÜXEL, A. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. *Revista Brasileira de Educação*, 1997, nº 5. p. 151-166

ROSALDO, M. A Mulher, a Cultura e a Sociedade. In: ROSALDO, M e LAMPHERE, L. *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. O Uso e o Abuso da Antropologia: Reflexões sobre o Feminismo e o Entendimento Intercultural. *Horizontes Antropológicos, América do Norte*, 1, nov. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/HorizontesAntropologicos/article/view/2579/1881>.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Sociedade*, Porto Alegre, nº 16, vol. 2, jul/dez 1990, pp.5-22.